

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.262.474 - SP
(2018/0058658-2)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : M P C
ADVOGADO : LEILA CRISTINA BARÃO E OUTRO(S) - SP152136
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO INEXISTENTE. MERA REDISCUSSÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Não se conhece do segundo recurso de embargos de declaração da parte, oposto em face do mesmo acórdão, ante a preclusão consumativa.
2. Apenas se admite embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do CPP.
3. Existindo fundamentação idônea na decisão objurgada acerca do não conhecimento do agrado regimental que deixa de impugnar todos os fundamentos da decisão que não conheceu do agrado em recurso especial, não se prestam os embargos de declaração para a rediscussão do acórdão recorrido quando revelado mero inconformismo com o resultado do julgamento.
4. Embargos de declaração de fls. 1.122/1.125 não conhecidos e de fls. 1.101/1.106 rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer dos embargos de fls. 1.122/1.125 e rejeitar os embargos de fls. 1.101/1.106. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior.

Brasília (DF), 04 de dezembro de 2018 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente e Relator